

**ATA N.º 5/2014**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**  
**MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA**  
**EM 26 DE SETEMBRO DE 2014**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de dezasseis de setembro de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;**

**PONTO 2- Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude;**

**PONTO 3- Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior Público;**

**PONTO 4- Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento ao Associativismo Empresarial;**

**PONTO 5- Análise, discussão e votação da Proposta de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º1 do artigo 112.º do código de Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;**

**PONTO 6- Análise, discussão e votação da Contratação a Termo Certo – Atividades de Enriquecimento Curricular para o Ano Letivo de 2014/2015;**

**PONTO 7- Proposta de retificação do Regimento da Assembleia Municipal.**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a reunião cumprimentando os seus Membros, executivo da Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e digníssimo público.

Procedeu à chamada dos elementos que constituem a Assembleia, registando-se as ausências dos Senhores Vítor Tomé, Vítor Monteiro e António Balça.

Estando reunidas as condições para que a reunião se efetue declarou aceitar inscrições do público, tendo dado entrada na mesa e aceites pedidos de inscrição do Senhor Américo Alves e do Senhor José Manuel Varela Vasques.

Regozijou-se pelo fato das reuniões da Assembleia Municipal serem muito participadas e com vigor o que é uma mais-valia para que se atinjam determinados objetivos. No entanto, das leituras que fez das atas, e após reflexão, entende haver muito conteúdo desnecessário. Colocando-se no papel de um cidadão que queira ler uma ata da Assembleia Municipal, vê-o com dificuldade por serem muito extensas. "A ata tenta refletir o que se passou, mas é óbvio que há imprecisões, também pela sua dimensão. Alude ao fato de poderem ser mais pragmáticos em determinadas situações, não havendo necessidade de se ser repetitivo". Aplica esta observação ao plenário e às respostas que são dadas por parte da Câmara Municipal. Se

houver questões e respostas objetivas, naturalmente que os trabalhos surtirão um efeito muito mais profícuo. Duvida que o cidadão comum tenha coragem de ler 47 páginas de uma ata de Assembleia. Reconhece, que o tempo gasto no período de antes da ordem do dia, se tem alargado extensivamente. Solicitou que cada um dos Membros traga o trabalho feito de casa, pois questões formuladas com respostas concretizadas não necessitam de duas horas e meia, como tem acontecido, sendo justo que nos aproximemos da lei. Não querendo fugir ao seu compromisso, mas aproximando-nos da lei, o período da ordem do dia deve esgotar no final de sessenta minutos, mais cinco menos cinco, em que o tempo dos inscrições na sua apresentação fosse dividido pelo número de inscritos seguindo-se as respostas do Senhor Presidente da Câmara e posteriormente caso a respostas não tiverem respondido efetivamente às questões suscitadas seria permitida nova intervenção dos Membros sobre a matéria em causa. Tal metodologia atende ao critério da razoabilidade e não pretende boicotar a discussão dos assuntos, pretende sim de forma mais objetiva, pragmática e concisa abordar assuntos com relevância para o concelho.

Posto isto, passou à aprovação das atas das reuniões ordinária e extraordinária, aceitando inscrições para retificações.

A Senhora Marcolina Sequeira cumprimentou os presentes dizendo que na página vinte e um, quando na sua intervenção, se diz "se concorre algum disponível", ficaria melhor dizer "se concorre alguém na condição de disponível nos quadros função pública", porque da forma como está redigido não é muito perceptível.

O Senhor Silva Fernandes cumprimentou a mesa, o executivo, todos os presentes, referindo que também fizera essa reflexão sobre as atas e como primeiro ponto, era precisamente um louvor à mesa, pelo esforço que tem feito, pelas atas que tem escrito e pela forma como as tem tentado interpretar, independente de alguns erros e omissões que possam surgir e que acontecerão sempre. Está à vontade para dizer isto, porque também já estivera desse lado e sabe quão difícil é fazer atas e a sua audição através da gravação. Entende que o presidente da mesa tem razão quando diz que realmente, se calhar, há muita coisa que se discute. Exemplificou "questões em atraso e sem resposta", contribuindo para que as Assembleias continuem a ser repetitivas. Sobre a ata em si não se pronunciou, porque honestamente não tivera tempo para a estudar lendo-a muito a correr, e sobre coisas que não estuda, não gosta de se pronunciar. Defende que as atas devem continuar no mesmo modelo.

O Senhor Joaquim Monteiro cumprimentou a mesa, o executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, os colegas e o público. Disse que na página quinze, onde está escrito "serviços que a Câmara os pudesse centralizar" deveria ser "descentralizar". Compreende o esforço e louva a elaboração das atas. Ouviu com atenção as palavras do Senhor Presidente e vai tentar ser mais comedido no tempo que pode utilizar.

A Senhora Marcolina Sequeira vai exatamente ao encontro ao que o Senhor Presidente da Assembleia referiu. As atas são longas, reconhecendo que existem muitas repetições. "Aquilo que fiz agora o Senhor Presidente não me devia permitir, é exatamente por causa disso que as atas são longas contra mim falo". O fato de ser uma pessoa isenta permite que todos manifestem a sua opinião, mas de fato após a inscrição expõe-se o que se tem a expor e acabou. "Deve permitir o contraditório sim, mas não deve permitir que depois



se quiserem interferir mais uma ou duas vezes, o façam, como agora o fiz incorretamente".

O Senhor Presidente da Assembleia disse ter de fazer uma correção à ata, em nome do Senhor Vítor Monteiro, que diz respeito ao texto produzido pelo próprio.

A Senhora Lourdes Marinho disse que normalmente quando se fazem as transcrições é na íntegra, respeitando o texto entregue.

O Senhor Presidente da Assembleia acha que já todos entenderam, aliás já foi claro que é difícil fazerem-se transcrições a partir de um áudio, e daí algumas imprecisões. Quando se ouve, reconhece que há coisas ditas de uma maneira que não é exatamente aquilo que queria dizer, portanto não vê qualquer ambiguidade, nem qualquer mau trato em ajustar um pormenor, de forma a dar sentido a uma frase que em áudio não tem sentido. Sobre a observação do Senhor Vítor Monteiro é exatamente a questão de se ter posto em lugar de "que não" e era "porque não". São coisas que nos passam, não só na oralidade, como também na audição.

Colocada a ata da reunião ordinária a votação, a mesma foi aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Silva Fernandes.

Passou à discussão e aprovação da ata extraordinária, abrindo o período de inscrições para correções à mesma. Pediram para intervir os Senhores Eduardo Coelho e Silva Fernandes.

O Senhor Eduardo Coelho dispensou a sua inscrição por entender que não era uma correção a ata.

O Senhor Silva Fernandes referiu que na sua intervenção não se revê nem no texto nem no conteúdo de uma parte que está na ata, pedindo a sua correção. Na página 11 na linha 5 diz "todos os governantes" é "todos os governos". Na linha 7 diz "tudo empurravam permitindo que a situação", penso que não foi isso que dissera, mas sim "que tudo era empurrado para a frente permitindo a situação". Na linha 12, sobre a apresentação à Casa do Douro, onde se diz o "governo proferiu" deve ser "apresentou à Casa do Douro para se pronunciar". Na linha 19, onde se diz "estatuto de função pública" é "associação pública". Na linha 24, mesmo na última palavra, "foca-se numa penhora de vinhos", deve ser "foca-se numa dação e pagamento, mediante a entrega de vinhos". Pede para consultarem o documento que elaborou e fosse corrigido com o que lá estivesse.

O Senhor Presidente colocou a ata a votação. Abstiveram-se, por não terem estado presentes o Senhor Jorge Andrade, as Senhoras Anabela Pereira e Marcolina Sequeira. A ata foi aprovada por maioria.

De seguida, o Senhor Presidente pediu autorização para em nome do Senhor Américo Alves, que na qualidade de público, requerera à mesa a sua intervenção, mas que por afazeres urgentes, não poderá estar presente ao final da reunião, poder ele ler o documento entregue. Autorizado para tal fato, passou a ler o documento entregue e que se transcreve:

"Para os Pesqueirenses e demais Portugueses:

### **CRISTO, vem cá baixo ver isto!**

O nosso País caiu numa anarquia profunda (não tem chefe, não tem governo, não tem autoridade...).

Passo a explicar:

- O nosso Primeiro está com Alzheimer (esquece-se de tudo o que lhe interessa);
- O nosso Presidente está senil (perde a fala e não age);

- A Ministra da Justiça está com a tontice (loucura);
- Não temos justiça a funcionar;
- Eu já perdi o fino, já tenho mais de 70 anos e vou trabalhar para Viseu.
- Onde vamos parar???
- Não será de convocar eleições imediatamente?! (Estarei louco?).
- Se não concordarem, metam-me no manicómio!!!

A bem da Nação,  
Américo Alves

“

O Senhor Presidente lembrou que não são para comentar as observações do público, mas que ficará registado em ata.

Deu conhecimento da correspondência recebida, a maioria não merece especial relevo à exceção de uma que lhe fora remetida, relacionada com as informações do primeiro semestre de 2014 sobre a Atividade do Município elaborada pelo Revisor Oficial de Contas. É um documento que deve ser enviado a todos os Membros da Assembleia para tomarem conhecimento e que a legislação define.

De seguida leu um texto que se passa a transcrever.

“ O facebook é efetivamente um instrumento que quando bem utilizado atinge extensões de proficuidade imensurável. Devo no entanto, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira fazer a reflexão sobre o *modus operandis* de muitos dos facebookianos.

Não deve, nem pode servir de documento certificado para validar petições, referendos e outras ações que apenas e só podem e devem ser autorizadas por esta Assembleia. Contudo, e sempre que haja boa intenção, porque não ouvirem-se os munícipes numa perspetiva de mais-valia para o reconhecimento de uma Terra, digo, de uma região que é um dos *ex-libris* de Portugal? Nesse sentido, e atendendo ao trabalho desenvolvido na promoção e divulgação de S. João da Pesqueira e da Região do Douro, por facebookianos como “São João Da Pesqueira”, pseudónimo de uma Pesqueirense, “Douroin Veiga” e “I Love Douro” pseudónimos de pesqueirenses, Fernando Peneiras, que temos o prazer de ter hoje aqui em Assembleia entre outros, e atendendo a uma solicitação do Senhor João Moutinho, permitam-me que passe à leitura de um texto que pretende homenagear um pesqueirense e um amigo.”

O facebook não serve par fazer petições. O facebook servirá para divulgar uma atividade, mas não ultrapassar o que é da competência de uma Assembleia. Nesse sentido propõe uma homenagem singela, pura e verdadeira, se a Assembleia o autorizar, ao Senhor Fernando Peneiras pelas inúmeras publicações fotográficas que tem feito sobre São João da Pesqueira concelho e região, convidando-o a fazer uma passagem em PowerPoint de alguns dos muitos trabalhos que tem realizado.

O Senhor Fernando Peneiras esclareceu que é um pouco do que faz. Ao ser Pesqueirense acha que é o seu dever, agradecendo a todos pelo carinho ao gostarem daquilo que faz. Terminada a exposição visual, o Senhor Presidente da Assembleia leu um texto de homenagem ao Senhor Fernando Peneiras que se passa a transcrever.

“O Douro, cujo coração é o Concelho de São João da Pesqueira, oferece ao Mundo mais do que paisagens deslumbrantes, néctares divinos, sabores deliciosos e uma riqueza cultural de valor inimaginável. É ainda fonte de inspiração artística, assim o comprovam as obras de Miguel Torga, que no





poema Doiro sublimado menciona o Douro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir. Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza" e na obra Reino Maravilhoso cita: "Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo, o que é preciso para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade e o coração, depois, não hesite. Ora o que pretendo mostrar, meu e de todos os que queiram merecê-lo, não só existe como é dos mais belos que se possam imaginar. Se Torga procurou recorrendo à palavra, descrever este reino maravilhoso, Fernando Peneiras capta-o através da objetiva da sua máquina e divulga-o. Se "uma imagem vale por cem palavras" sem dúvida que o nosso homenageado tem contribuído e muito para divulgar este recanto encantado. Daí que como munícipes atentos à obra dos nossos conterrâneos, não podemos deixar de lhe dizer: muito obrigado hoje e sempre. Hoje a Assembleia Municipal reitera o seu reconhecimento a Fernando Peneiras, dando resposta ao anseio de muitos pesqueirenses, pois reconhece que a sua obra muito tem contribuído para a divulgação deste Reino Maravilhoso." Em nome da Assembleia e do Executivo ofertou ao homenageado uma lembrança simbólica evocativa deste feito. O Senhor Presidente propôs um voto de louvor ao Senhor Fernando Peneiras, pela obra fotográfica que tem elaborado para divulgação do nosso concelho, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Silva Fernandes concordou com a homenagem, votando favoravelmente, mas registando que também caíramos na tentação do facebook.

Dando continuidade à reunião o Senhor Presidente da Assembleia, questionou os grupos eleitos sobre os trabalhos realizados nas áreas que representam.

Interveio o Senhor Jorge Andrade como representante das juntas de freguesia, dando conhecimento que o Conselho Cinegético reunira no dia 18 de agosto. Foram levados a essa reunião 3 pontos. O primeiro fora um pedido de renovação, com anexação de terrenos da zona de Caça de Riba Torto, tendo sido dado o parecer favorável. O segundo o pedido de Concessão da zona de Caça Associativa de Vilarouco e Pereiros, tendo-se verificado parecer desfavorável pela maioria, por não haver documentos que reunissem as condições para serem debatidos. O terceiro, assuntos de interesse, fora abordada a temática da fiscalização, tendo a Senhora Vereadora dado a conhecer a contratação de um fiscal Municipal do Ordenamento de Recursos Cinegéticos e Agrícolas.

O Senhor Manuel Martins cumprimentou os presentes, dizendo que o Núcleo Local de Inserção reúne todos os meses. Na próxima reunião trará documentos para apresentar à Assembleia.

#### **Período Antes da Ordem do Dia**

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto de antes da ordem do dia, com inscrições dos Senhores Sebastião Mesquita, Eduardo Coelho, Silva Fernandes, Joaquim Monteiro, Fernando Pereira e das Senhoras Lourdes Marinho, Maria Helena, Marcolina Sequeira e Anabela Pereira. Lembrou, de acordo com o definido para não ultrapassarem os oito minutos de intervenção.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia e os restantes elementos, o Senhor Presidente da Câmara e seus Vereadores, e todos os presentes. Agradeceu ao Senhor Presidente da



Assembleia a forma como acolheu a marcação da reunião extraordinária, como se disponibilizou e a sensibilidade para o assunto em questão. Informou que na semana seguinte à reunião da Assembleia, estivera com o Secretário de Estado da Agricultura e com pessoas da região, numa reunião onde foram esclarecidos esses assuntos e, de imediato, dera informação ao Senhor Presidente da Assembleia. Quanto às atas, concordou que são demasiado extensas, mas entende que os assuntos têm de ser discutidos e ficarem registados. "Há duas reuniões atrás disse para que estas fossem colocadas *online*, dessa forma concordava que as atas fossem sintetizadas no papel. Não o sendo, o que se passa tem que ser conhecido por toda a gente. A falta de uma vírgula pode alterar o sentido da frase. As pessoas são responsáveis por aquilo que dizem, ou se escreve tudo, ou se transmitem *online* e as pessoas ouvem". Quanto ao estudo apresentado pelo Revisor Oficial de Contas "análise dos últimos 6 meses", no ponto 2.2.6 alerta, tal como o Revisor Oficial de Contas, para o que está escrito "verificamos também que se forem tirar os custos extraordinários os custos sobem de forma genérica, pelo seu significado chamamos à atenção para a rubrica de fornecimento de serviços externos, este aumento ronda os 17%". Relembra ao Senhor Presidente ser um alerta, não pretendendo meter-se nas contas. Sobre a visita da Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados e a viagem a Lisboa, disse que era chover no molhado sobre esse assunto. Pelo que vira na televisão, não fomos enganados pela Senhora Bastonária. Tratou-se de um assunto dos advogados que foram a Lisboa e arrastaram alguns Municípios, quiseram gastar dinheiro com os autocarros mas não causara efeito. Não fora a defesa dos Municípios perante o fecho dos tribunais, mas sim um assunto de advogados. Ainda referente a esse assunto, colocou à consideração um voto de repúdio aos deputados do PSD Viseu, nos quais votou, por serem eles que votaram o encerramento dos tribunais. Pediu um voto de louvor para os ex-finalistas do 12.º ano do Agrupamento de Escolas do concelho nomeadamente porque antes do fecho do ano letivo quiseram fazer uma pequena festa de comemoração entre eles, dirigiram-se à escola a solicitar uma ajuda, sendo-lhes dito que a escola não tinha dinheiro pelo que o solicitaram à Câmara, a qual os ajudou, tendo, após a atividade, um resultado positivo entregaram o remanescente à escola. Merecem um voto de louvor porque ainda há jovens com consciência que construirão o futuro deste concelho. De seguida pediu esclarecimento sobre os gastos num jantar na Quinta de Sidrô, e na Vindouro. Elogiou a Câmara Municipal e o Executivo por colocar dois artistas no mesmo dia, pois nem a Feira de São Mateus o faz com tantos visitantes. Pouca gente havia, mas as que havia mereceram ter cá dois artistas, pelo menos em dois dias mas fica na consciência das pessoas os atos que cometam. Lembrou o Senhor Presidente da Câmara de já há duas reuniões andar a pedir valores que não foram transmitidos.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Norberto Vieira para fazer parte da mesa, a fim de a segunda secretária puder fazer uma intervenção.

A Senhora Lourdes Marinho cumprimentou os presentes, passando à leitura da proposta que vai apresentar e que fizera distribuir pelos elementos da Assembleia. Elaborou-a, mas entende ser um assunto que deve interessar a todos. Em especial, por querermos hoje, fazer algo pelos jovens de amanhã, porque enquanto ajudarmos os pais a corrigir comportamentos, os jovens não irão refletir no futuro o que veem em casa no presente.

"Considerando que:

- Casamentos precoces e sem preparação levam a questionar se os casais estão prontos a assumir o compromisso de serem um bom exemplo para os filhos;
- As políticas públicas necessitam de aperfeiçoamento e maior comprometimento social para enfrentar a realidade das crianças/jovens em perigo;
- A cultura da infância irá condicionar todo o futuro das nossas crianças (o que vivem hoje, irá repercutir-se no futuro);
- A preocupação que todo o cidadão deve ter perante os fatores que levam a criança a encontrar-se em risco, são a exposição a comportamentos de violência conjugal e a negligência que advém de tal situação;
- Os problemas não são só consequência das questões socioeconómicas, mas acima de tudo, resultado de uma educação parental deficitária;
- Os filhos num ambiente de violência não têm referências, nem modelos, desconhecendo os pilares fundamentais, para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional, para além da existência de graves repercussões no ensino/aprendizagem;
- Coabitando com o medo, o seu crescimento estagna e não conseguem construir a sua personalidade;
- A violência conjugal é um fenómeno que dá origem a que, todos os membros que vivem em conjunto, tenham a mesma probabilidade de serem perpetradores e vítimas dessa violência, sendo como tal um problema transversal;
- A violência doméstica é um fenómeno difícil de gerir, por ser muito íntimo e os casos são pouco denunciados;
- Não é um flagelo das pessoas com pouca cultura e de um extrato social baixo, registando-se também na classe média – alta, com mais cultura;
- A violência conjugal, física ou psicológica engloba situações diversas que ocorrem de forma cíclica e intensidade crescente entre os cônjuges, atingindo proporções alarmantes;
- O reconhecimento do perigo é fulcral para o desenvolvimento da criança como sujeito de direito.

Propõe a criação de uma escola de formação parental ou terapia de casal, a fim de que se trabalhem os casais, para que enquanto pais, não venham a transformar em vítimas, os próprios filhos.

A proponente  
Maria de Lourdes Marinho Costa  
“

A proposta irá ser posta a votação deixando à consideração do Executivo o seguimento da mesma. Já outros projetos têm sido criados, que não terão um interesse tão profundo como este, contribuir-se para a construção de um futuro mais feliz para os nossos jovens. Para não ultrapassar o seu tempo e referindo-se às atas, realmente são muito trabalhosas, tendo-se a preocupação, quando fazem a audição, transcrever as intervenções o mais real possível. É um sacrifício muito grande para todos, tanto para aqueles que as elaboram, como para os que as leem. Louvou o desempenho do G.A.E, o (Gabinete de Atendimento ao Emigrante) por ser útil aos munícipes. As



peçoas que têm recorrido a esse serviço fizeram chegar-lhe a informação de ser um trabalho proveitoso, eficiente e rápido.

O Senhor Silva Fernandes considera que oito minutos para fazer a sua intervenção sobre o documento do Revisor de Contas demoraria meia hora a discuti-lo. Devia ter perguntado inicialmente, quando se analisava, pois não vinha contemporizado na ordem de trabalhos.

O Senhor Presidente da Assembleia esclarece que esse documento não é necessariamente para ser discutido em Assembleia, mas sim para ser dado conhecimento à mesma. É assim que está regulamentado, pelo que não foi incluído como ponto da ordem de trabalhos da ordem do dia. Tivera o cuidado de questionar outros Municípios e o procedimento é exatamente esse, o documento não é discutido em Assembleia.

O Senhor Silva Fernandes esclarece que este documento não aparece por acaso, mas em sequência da lei, entroncando em assuntos, como o orçamento zero do governo e a legislação europeia que determina tudo isso, tem a ver com "esta agora do auditor e tem a ver que de fato há coisas que a gente ouve aqui e agora aparecem ali no auditor doutra maneira isto tem que ser discutido pela Assembleia não sei se é agora, se é depois se é à meia-noite ou às três da manhã, agora este documento do auditor é um documento extremamente importante tem aqui coisas relevantes tem a ver com o anuário financeiro dos Municípios Portugueses que foi apresentado no dia 22 de julho em Lisboa, não esteve lá ninguém eu estive e portanto eu tenho aqui exclusivamente o discurso do Presidente do Tribunal de Contas e há uma lição para todos os autarcas e eu acho que tem que ser distribuído, tudo isto está ligado o Senhor decidirá como vai fazer, agora eu sinto-me mal realmente quando estas coisas vêm numa certa sequência europeia, governo e para aqui e depois discute-se o que o governo não faz, o governo tem legitimidade não tem é força porque os autarcas não querem, esta é que é a razão".

O Senhor Presidente da Assembleia entende que não tem cabimento discutir o documento em reunião de Assembleia. Se entenderem ser ponto de avaliação, na próxima reunião, discutir-se-ia, no período da ordem do dia.

O Senhor Silva Fernandes concordou, mas lastima ter perdido a maior parte do seu tempo a preparar esta discussão para esta reunião. Não atendeu com tanto pormenor aos outros assuntos, por considerar que este era o mais importante.

O Senhor Presidente da Assembleia não discute que não seja mais importante que os restantes, só que não faz parte da ordem de trabalhos, mas sim de uma informação que prestou, no período de antes da ordem do dia.

O Senhor Silva Fernandes continuou resumindo e lembrando os casos que estão sem resposta concreta, direta e objetiva às questões que lhe são postas na maior parte dos casos. "Eu vou lembrar os casos que estão em atraso sem resposta: o regulamento de apoio ao cooperativismo, sugestão do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi decidido a 28 de fevereiro que seria apresentado na reunião de junho, isso consta da ata na página 31. Não foi apresentada em junho, não foi apresentada em setembro. O regulamento inventário, cadastro e património municipal não veio à Assembleia Municipal, foi aprovado em reunião de Câmara, tive a oportunidade de perguntar ao Senhor Presidente da Mesa que amavelmente me informou que foi aprovado em reunião de Câmara, está em falta e tem que vir. A norma de controlo interno não veio à Assembleia Municipal. Não foi referido ainda, onde foram colocados os marcos e as placas no Património Municipal. O Senhor Presidente na altura respondeu em nome do Executivo e



disse que já tinham começado, e eu quero saber onde e quando e onde estão. Ainda quanto ao requerimento apresentado para o Património do concelho, também não lhe foi dada sequência, isso de facto foi posto na reunião de 28 de abril, foram apresentados para análise discussão e aprovação os documentos de apresentação de contas e vinham lá metidos a norma de controlo interno e o regulamento do Património e eu questionei na altura e a Assembleia questionou se realmente aquilo estava ali, senão não tinha sido aprovado. O Senhor Presidente da Câmara tentou justificar dizendo que estava incluído na prestação de contas. É um regulamento, tem de vir à Assembleia, não há regulamentos que estejam a vigorar nas Autarquias que não tenham venha às Assembleias Municipais. Depois, para ser rápido em termos de *flash*, gostaria de vos dizer que no dia 27 e 28 estava de férias, no Algarve a ver o Telejornal, que é a única coisa que eu vejo na televisão, e em rodapé viu informação de ações de Câmaras entre elas apareceu-me assim "Câmara de Valpaços comparticipa no custo do prolongamento de horário do Centro de Saúde, achei bem, Câmara Municipal de Carrazeda de Anciães, promoção turística com loja interativa, a Pesqueira ainda não a tem e já a podia ter, Câmara Municipal de Évora contrata professores para enriquecimento escolar, Carrazeda de Ansiães quer turistas do Douro a atracarem no concelho, Zé Perdigão ao vivo em São João da Pesqueira. Fiquei triste sinceramente, quando os outros tratam das coisas deles nós tratamos do Zé Perdigão? Não sei quem é, acho que é um cantor qualquer. Depois um reparo só, e isto não tem a ver com o Executivo, mas com todos nós, eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que quando fizesse alguma intervenção, alguma promoção do concelho na qualidade de Autarca, nós temos obrigação de respeitar institucionalmente a imagem e portanto quando aparece numa revista com outros autarcas em termos institucionais, não me pareceu bem, na minha opinião cada um julgará, não me pareceu bem que a sua fotografia fosse em mangas de camisa no meio de uma adega, o Senhor é Presidente da Câmara e não é propriamente Presidente de uma adega cooperativa, nem um produtor, nem um viticultor, com nenhum desprimor para qualquer um deles nem para os presidentes das adegas nem para os produtores, mas um Presidente de Câmara tem que preservar a sua imagem em representação do concelho. Quanto à presença da Senhora Bastonária o que viera fazer foi política, na sequência do que fizera o Doutor Marinho Pinto. Qualquer dia aparece outra vez com ele no novo partido que vão formar, sendo situações de oportunismo político. Promover a imagem e conquistar o palco de São João da Pesqueira, proporcionando 8% da votação nas últimas eleições ao Doutor Marinho Pinto que não sendo cá conhecido, foi-o através do tribunal. A sua carreira política não tem nada a ver com os tribunais. Os advogados são as pessoas que mais atrasam os processos, porque lhes convém não estando interessados no Tribunal. Por outro lado ninguém discutiu a reforma. Não veio discutir o fecho do Tribunal, mas sim a Manifestação a Lisboa. Para além disso, passou por cima dos elementos da Assembleia, dirigindo-se diretamente aos Presidentes da Junta, ultrapassando mesmo o Presidente deste órgão. Quanto às fundações eu queria fazer aqui uma correção, eu levantei aqui um problema de que tinha encontrado aqui uma fundação de São João da Pesqueira foi-me dito que não havia nenhuma, mas fui à fonte e a informação da presidência do conselho de Ministros disse-me que, de facto São João da Pesqueira não tem nenhuma fundação a não ser uma relação com a fundação do Douro e por isso eu tenho aqui um requerimento para apresentar

à Mesa em relação à fundação do Douro não vou ler tudo mas que se reporta o seguinte: quando integrou a Câmara da Pesqueira a Fundação do Douro a data o montante que pagou, quanto paga anualmente, quais são os benefícios e fundamentalmente isto que é muito importante quais foram as exposições e quais foram os eventos que o Museu do Douro promoveu durante este tempo todo em São João da Pesqueira porque nos outros concelhos eu sei os que promoveu, queria saber em São João da Pesqueira, portanto este requerimento vou entrega-lo à mesa bem como o discurso do Presidente do Tribunal de Contas que solicitava ao Senhor Presidente que distribuisse aos demais Membros desta Assembleia se assim o entender é evidente a decisão é sua.

“

A Senhora Helena Monteiro depois de cumprimentar os presentes, congratulou-se com a medida tomada pelo Executivo com a atribuição de um vale a todos os alunos do agrupamento de escolas. Foi uma boa ajuda para as famílias que cada vez sentem mais dificuldades em suportar as despesas que a educação acarreta. Referiu o constrangimento na entrega tardia do vale, pois muitos já tinham adquirido os manuais e até o material escolar. Chegou-lhe ao conhecimento que alguns alunos, dado terem adquirido os manuais e material queimam esse dinheiro na compra de outros materiais indispensáveis. Lançou o repto de incentivar os nossos jovens a conhecer melhor os autarcas, que têm nas suas mãos o destino e desenvolvimento do seu concelho. Sugeriu ao Executivo convidarem as escolas, a fim de que os alunos, em final de ciclo, assistissem a uma sessão de Assembleia Municipal como forma de promover a aquisição de competências, no âmbito da cidadania e participação cívica na comunidade. Parece-lhe pertinente referir o desconforto que causa a saída de alunos, em horários letivos, para consultas de terapia da fala e de psicologia, pois raramente regressam às aulas. Deveriam estudar a forma de não penalizar os alunos nessas consultas, por serem importantes, mas achava que deviam responsabilizar os encarregados de educação no sentido de os levar às aulas. Colocou a possibilidade de a terapeuta da fala e a psicóloga se deslocarem à escola e efetivarem a sua ação numa sala preparada para esse efeito.

A Senhora Marcolina Sequeira fez alguns reparos e o primeiro é relacionado com a publicidade que é colada pelo concelho aquando da realização de eventos. Concorde, achando que havendo preocupação de os colar, devia também havê-la para os retirar. Há algum tempo, aquando das festas da Senhora dos Remédios em Lamego, ouvira na rádio uma entrevista ao Senhor Presidente da Câmara da cidade, ficando espantada quando o ouvira dizer que as festas da sua cidade, que duram quinze dias, são financiadas inteiramente pela Câmara Municipal, não havendo associações de festas, a providenciar a angariação de verbas para Patrocínio das mesmas. Tem vindo a fazer um esforço bastante grande para que os custos venham a diminuir, conseguindo reduzir o orçamento das festas de trezentos mil euros para os duzentos mil euros. Acha que São João da Pesqueira deveria fazer o mesmo, nas festas de São João e Vindouro e que as verbas despendidas deveriam ser empregues em algo mais duradouro. No programa prós e contras, vira a intervenção da Senhora Vereadora tendo ficado com uma dúvida muito grande. O Senhor Presidente da Câmara e o Doutor Vítor Sobral, ainda no anterior Executivo, deslocaram-se várias vezes a Lisboa para tratar do assunto do tribunal, fazendo esforços no sentido de este se manter aberto. Entende

que qualquer um deles estaria mais por dentro do assunto que a Senhora Vereadora, uma vez que tomara contacto com os assuntos mais recentemente. Na sua intervenção, dissera que as portas do Ministério da Justiça sempre estiveram fechadas não havendo lugar ao diálogo, nem a oportunidade de colocação de ideias ou de soluções alternativas, por parte do Município de São João da Pesqueira. O Senhor juiz conselheiro que estivera na consecução de toda esta reforma dissera que era mentira o que estava a afirmar. Por isso ficara pior informada do que estava. Pediu que a esclarecessem.

O Senhor Eduardo Coelho falou sobre o andamento do saneamento básico na sua freguesia, preocupando-se com o cheiro nauseabundo que as pessoas têm de suportar, bem como a possível contaminação dos solos. Referiu ainda que se registara um acidente, próximo do local onde poderá ser colocado o cais fluvial. Se o mesmo já estivesse executado, o socorro poderia ter sido feito muito mais rápido, porque o local dista 8km do posto da unidade de saúde. É favorável à colocação imediata de um cais, pois existe espaço, não interferindo com a navegabilidade do rio, podendo ser colocado a qualquer momento, visto saber ter já viabilidade do IPTM. Manifestou a sua solidariedade para com o seu colega Teófilo Anjos em relação à agressão que sofreu recentemente, achando não compactuar-se com a agressão, mas trabalhar-se em conjunto, repudiando essa situação.

A Senhora Anabela Pereira abordou um assunto que nestas férias verificou quando se deslocou à Ferradosa pelo facto de estar sediada nesse espaço a empresa Douro Vou, questionando o Executivo sobre as condições de exploração daquela parcela junto ao rio e quais as contrapartidas que o Município retira, uma vez que há três casas de turismo. Duas delas são bungalows e têm um custo diário de aproximadamente cem euros. Sugeriu que aumentassem a iluminação da Devesa e junto à zona da Biblioteca, porque as árvores encobrem a luz já de si fraca. Há avós que frequentam com as crianças o parque e algumas crianças que já vão sozinhas, tornando-se o local muito escuro à noite.

O Senhor Joaquim Monteiro começou por se referir à casa do Douro, dizendo que acha que a direção devia ser demitida. Não é, no entanto, apologista que deva ser uma associação privada a tomar conta dos nossos destinos. Não poderemos ser nós a demitir o Senhor Presidente, mas sim os associados, em Conselho Regional de Agricultores ou então o próprio governo. Ficou um pouco triste com a abordagem do Senhor Silva Fernandes relativamente à Senhora a Bastonária, pessoa que admira pela figura e pelo discurso que tem. Dizer que passou por cima do Presidente da Assembleia, Membros da Assembleia e regimentando os Senhores Presidentes de Junta, não concorda. Nunca foi arregimentado nem tentou arregimentar. A sua forma de estar na vida e na política é totalmente contrária, em estilos e pensamentos à do Senhor Silva Fernandes. Não gostou de ouvir que os Presidentes de Junta foram regimentados. Quando interessa, os presidentes de junta são o pilar, aqueles que estamos mais perto dos eleitores, dos cidadãos mas quando interessa dar caneladas também se dão. Em relação à intervenção da Senhora Vereadora nos Prós e Contras verificou tentarem contrariá-la mas o que disse e muito bem, é que o governo não os ouviu e o Senhor Secretário de Estado fez figura ridícula, sendo a sua representação uma desgraça para o governo. Politicamente têm razão. Não foram ouvidos e são uma Câmara que sempre foi do PSD no distrito de Viseu, isso e a falta de acompanhamento dos deputados é de bradar aos céus. Em relação à sua freguesia tem por hábito

fazer balanços regulares da sua atividade e da atividade que o Executivo Municipal realiza em Ervedosa. Enviou ao Senhor Presidente da Câmara, por email relação de trabalhos a serem executados e das trinta solicitações, apenas três foram concluídas. Não vai ler tudo porque realmente é extenso, mas vai enviar ao Senhor Presidente da Assembleia para que fique registado em ata a sua pretensão.

O Senhor Fernando Pereira cumprimentando o Presidente, a Mesa o Senhor Presidente da Câmara e restante executivo, assim como os demais presentes, iniciou a sua intervenção dizendo ir respeitar os limites que foram definidos. Foi com desagrado que ouviu os comentários do Senhor Silva Fernandes, ao dizer que os culpados da justiça são os advogados e que estes atrasam os processos. Apenas usam aquilo que o legislador lhes dá, são mais um elemento dessa estrutura, por isso culpar a, b ou c não faz muito sentido. Se refletirmos, quem tomou as decisões para esta remodelação foram os políticos, não foram os advogados, nem os juizes. Culparmos apenas uma parte, não faz sentido. Tem que se demonstrar o desagrado pelo que está a acontecer. O fecho de serviços vai levar à desertificação, vai fazer com que os mais jovens, que estão menos agarrados à terra, façam a sua educação e se fixem em zonas onde tenham possibilidades de trabalho. Tem de se mostrar este desagrado a quem nos governa, mas não se pode fazer como sugere o Senhor deputado Sebastião Mesquita no sentido de se manifestar um voto de desagrado pelo comportamento dos deputados do PSD de Viseu. Um voto de desagrado sim, a todo o governo, porque teoricamente terá olhado para efeitos economicistas. Há, na sua perspetiva, a possibilidade de melhorar os serviços, porque especializando é possível melhorar. O problema é quando se diz que a justiça fica mais próxima. Fechando, não pode ficar próxima e o ser mais fácil, não sabe para quem. Economizou-se alguma coisa? Economizou-se alguma coisa? Que ele saiba não, tem de se mostrar por isso o nosso desagrado. Gostava de receber alguma informação sobre o trabalho executado pela comissão eleita na reunião extraordinária sobre a Casa do Douro. Não teve conhecimento do trabalho elaborado por não ter sido apresentado. Para que não caíssem em situações que as pessoas dizem que não conhecem, era importante saber o que foi feito para se fazer um ponto de situação. A Casa do Douro tem um rumo, que não vai ser mudado, mas era importante saber o que foi feito. Estivera a estudar o relatório dos ROC'S e era importante que analisássemos o fornecimento de serviços externos, no sentido de procurar inverter esta curva de evolução, ou seja fazer com que ela tenha um comportamento para reduzir e não para aumentar. O aumento é uma preocupação que devem sentir, é algo que devem olhar com crítica porque só assim é que se consegue melhorar e evoluir de forma positiva, para que o concelho da Pesqueira se continue a distinguir em relação aos demais.

O Senhor Presidente da Assembleia informa estar a ser distribuído um documento que vem ao encontro de algumas solicitações feitas, que tem a ver com o documento produzido pela comissão de trabalho e que foi remetido para a Senhora Presidente da Assembleia da República, para os grupos parlamentares e para o Ministério da Agricultura.

O Senhor Silva Fernandes reconhece ser muito importante, este sistema permitindo que escutemos os temas em condições, mas um diz uma coisa, outro diz outra, entramos em contraditório e não concluímos nada. Quanto ao assunto "Casa do Douro", a lei está aprovada, saiu há oito dias para publicação.



Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a proposta da Senhora Lourdes Marinho. Votou contra a Senhora Anabela Lopes. Abstiveram-se os Senhores Jorge Rocha, Silva Fernandes, Joaquim Monteiro, Jorge Andrade, António Froufe, José Manuel e Fernando Pereira e as Senhoras Maria Helena e Marcolina Sequeira. Os restantes elementos votaram a favor tendo a proposta sido aprovada por maioria. A Senhora Marcolina Sequeira justifica a sua abstenção, achando que este tipo de proposta tem mais sentido ser feita por uma instituição como por exemplo a CPCJ, pela segurança social, alguém a quem de direito. Sabe que a Senhora Lourdes Marinho é uma apaixonada por estas questões e preocupa-se não lhe tirando qualquer mérito, no entanto considera que aparecer uma escola com estas características, vocacionadas neste sentido e impulsionada pela Câmara Municipal, não faz sentido. O Senhor Fernando Pereira após ouvir as palavras da Senhora Marcolina Sequeira corroborou a sua posição sendo a que defende porque a Câmara não pode, neste tipo de situações imiscuir-se e liderar um projeto deste género. Sejam as instituições e associações que têm esse cariz a fazê-lo. Na sua perspectiva a Câmara, pelo seu carácter político, tem sempre algum peso. A Senhora Maria Helena na sua declaração de voto refere que deve começar por ser a escola a inculcar aos alunos essas regras de respeito, tolerância uns pelos outros, saberem ser bons filhos e saberem respeitar os pais. Começa por aí e depois é tudo uma continuidade, não passando pela cabeça de ninguém criar uma escola assim. Como disseram há instituições adequadas para tratar disso.

O Senhor Presidente da Assembleia passou à votação da proposta apresentada pelo Senhor Sebastião Mesquita.

Votaram contra os Senhores Fernando Pereira, Norberto Vieira, Teófilo Anjos, José Manuel, José Quintal, José Carlos, António Costa, Manuel Martins, Paulo Bito e a Senhora Lourdes Marinho. Não havendo abstenções, os restantes elementos votaram a favor, tendo sido a proposta aprovada por maioria. O Senhor Fernando Pereira declarou que o seu voto seria de repúdio ao governo, mas a um grupo só, o ciclo de Viseu, é uma pequena parte do nacional. Foram fechados muitos mais tribunais, não tendo visto, no concelho da Pesqueira os deputados do PS, nem dos outros partidos políticos, a lutar ao nosso lado a defender o não encerramento do tribunal. Tem que repudiar todos os deputados do distrito de Viseu, independentemente da cor política, vendo de forma aberta e não de forma limitada. O Senhor Norberto Vieira votou contra por a proposta não ter sido discutida, sendo que se tivesse sido, não teria passado. Deveria referir-se ao governo e não aos deputados do PSD. O Senhor Silva Fernandes votou a favor quase pela mesma razão do Senhor Fernando Pereira menos uma, de facto os representantes do concelho na Assembleia da República são os deputados todos PSD, PS, CDS, são esses que devem estar incluídos. A sua declaração de voto vai no sentido de que votou a favor, na medida em que os deputados do PSD fazem parte de um grupo que foi perfeitamente irresponsável na defesa dos interesses de São João da Pesqueira. O Senhor Paulo Bito cumprimentou os presentes dizendo que o seu voto vai no sentido do referido pelo Senhor Fernando Pereira. Dizer também que repudia completamente a atitude dos deputados do PSD em relação à questão do tribunal de uma forma especial e concreta, votar de forma abstrata e geral não o pode fazer, porque em outras circunstâncias haveriam estado em conformidade e em defesa dos interesses da nossa região. Portanto uma coisa é o tribunal outra coisa é o geral. O Senhor António Froufe cumprimentou os presentes dizendo que votara a favor, independentemente



das cores políticas que estavam em discussão mas acha engraçado os deputados do PSD não arranjam tempo para vir discutir o assunto do tribunal e conseguirem arranjá-lo para virem ao jantar pombalino. Se não há tempo para nos defender numa causa tão importante, também não deveria haver tempo para virem ao jantar. Viu algumas fotografias, achando serem alguns deputados do PSD e o Secretário de Estado, sendo de lamentar. Se os outros se juntassem a esta causa, mas estão em minoria e não querem saber, quem está neste momento a defender-nos é o PSD, eles é que têm que nos ouvir, que têm de trabalhar, porque têm a maioria juntamente com o CDS. O Senhor Sebastião Mesquita agradece a análise da sua proposta e da votação, começando a ver neste concelho alguma luz, "há pessoas limitadas mas mais de 50% não o são".

O Senhor Presidente da Assembleia coloca a votação o voto de louvor aos ex-finalistas do agrupamento de escolas de São João da Pesqueira pelos motivos apresentados pelo Senhor Sebastião Mesquita. Posto a votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Sebastião Mesquita interveio não como declaração de voto, mas para dizer que é um voto de louvor à atitude humana, de gestão e de capacidade de gerir os impostos que todos pagamos.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a possibilidade de se considerar o documento do ROC, sobre a atividade do Município nos primeiros seis meses do ano, na agenda de trabalhos da próxima reunião de Assembleia Municipal. A proposta foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentando os presentes disse não ter conhecimento de nenhum jantar na Quinta de Sidrô, não sabendo se o Senhor Sebastião Mesquita se estava a referir ao Jantar Pombalino, pois não tem conhecimento de mais nenhum, se o puder esclarecer agradece. Quanto aos gastos na Vindouro, não escondemos valores, mas precisamos de perceber que há reuniões de Assembleia próprias para apresentar as contas sendo essa em abril, portanto nessa altura todas as contas estão lá plasmadas. Querer saber quanto se gastou aqui e ali é do domínio público e, em qualquer altura, se podem fornecer esses dados por pergunta direta aos serviços. Não se vai andar todos os dias, ou todas as semanas, a responder ao mesmo. Quanto à Vindouro, em termos de custos, já alertou várias vezes para os proveitos que podem advir podendo ser vistos como divulgação do concelho, pelas mais-valias de todos os pesqueirenses com as visitas que vamos recebendo nessa altura e que excedem os investimentos que se fazem. O voto de louvor aos finalistas realmente é de louvar. Não pode votar, mas subescreve-o. Fica também a indicação da sua congratulação perante estes jovens que precisam destes incentivos e, nos dias de hoje, infelizmente vê-se o contrário. Ao Senhor Silva Fernandes permitiu-se dizer que faz uma política diferente da dele, como também se veste de modo diferente. Desde que estejamos presentes o que interessa é estar a divulgar o concelho, não é por estar de gravata ou de fato que se representa melhor. Cada um tem a sua forma de estar, a sua forma de viver e a sua forma de fazer política. Pede desculpa, mas nesse aspeto está à vontade, de casaco, ou em mangas de camisa, desde que se saiba estar, é precisamente a mesma coisa. Quanto aos Regimentos, pede desculpa porque numa das reuniões de Assembleia dissera que quando fossem enviados para discussão pública seriam remetidos diretamente para os Membros da Assembleia, tendo ficado convencido que o recado dado iria ser uma forma de *modus operandi* a partir daí. Descobriu que quando foram enviados os Regulamentos para discussão pública, não o foram para os

Membros da Assembleia. Recorda que quando foi discutido o Regulamento do cooperativismo era necessário dar seguimento a um projeto de uma cooperativa do nosso concelho, havendo necessidade da sua aprovação. Quanto ao Património referiu que é também da competência das Juntas. Terá que ser pedido às Juntas, e essas terão que lhe dar essa informação, pois há Património que não é da Câmara, mas sim das Juntas, tendo estas de se pronunciar. O documento do balanço foi enviado e discutido. Quanto à Senhora Bastonária não vai repetir, para não ser exaustivo, pois o Senhor Joaquim Monteiro já fez esse comentário. À Senhora Maria Helena agradece a intervenção, referindo que o vale fora entregue com algum atraso, sem desculpas para ninguém, porque as listagens não chegaram quando queríamos. Deve haver confusão de informação que lhe fizeram chegar, pois mesmo os alunos mais velhos não podem gastar essa verba, porque não foi dinheiro que lhes foi enviado, foi um vale, com o qual o aluno vai a uma papelaria do concelho e faz a troca. Pode haver informação de as pessoas entenderem não poder ser assim, mas foi feito dessa forma. A Câmara agradece e apoia. Estamos abertos e a trabalhar para que a terapeuta da fala vá à escola. Acha ser viável e fácil, desde que haja vontade da própria escola, em arranjar algum espaço para atendimento aos alunos que necessitam dessa intervenção. À Senhora Marcolina Sequeira respondeu que quanto à colagem da publicidade há sempre mais celeridade para divulgar do que depois para retirar. Tentamos fazer essa remoção em tempo útil. Sobre a comparação que fez com a Câmara de Lamego, congratula-se que Lamego consiga diminuir os custos, também tentamos fazer o máximo possível para que os mesmos sejam controlados. Todos sabemos que Lamego é uma das Câmaras mais endividadas do país, portanto eles também têm que fazer esses cortes. Com o relatório apresentado pelo Revisor de Contas e na conversa que tivera com ele, fora-lhe dito que a nossa Câmara continuava no bom caminho. Pode haver situações onde se gasta mais, mas pode reduzir-se. Quanto ao Prós e Contras já foi seguidor desse programa, deixando de o ver, por ser redutor. As pessoas são controladas em tudo, até no tempo. Ouvira as intervenções e o tempo que a Pesqueira tivera através da nossa representante fora escamoteado em relação às outras. Quiseram demonstrar que a Câmara estava lá, fizeram a pergunta e quase não deu tempo para explicações. A atual Vereadora já estivera presente anteriormente como representante dos advogados, acompanhada com a representante da ordem. O Senhor Juiz Conselheiro realmente disse barbaridades e, uma delas foi que tínhamos a mania que Lisboa não conhecia o interior e era mentira porque ele começara a sua atividade em Armamar. Demonstrou desconhecimento da proximidade que existe entre os territórios. Quando se referiu que fora por causa da Pesqueira que houvera uma pequena alteração demonstrou que a Pesqueira também teve alguma importância, embora não tanto como se pretendia. A nossa Vereadora quis dizer que era precisamente por essa importância que não devia encerrar, porque encerraram quase todos e perderam-se competências. Fizemos vários apelos, várias comunicações ao governo, ao Presidente da República, à Senhora Ministra de forma que a Pesqueira não saísse prejudicada. Ao Senhor Eduardo Coelho respondeu que para agilizar situações há assuntos diretamente tratados entre a Câmara e a freguesia. Em relação ao saneamento está-se a fazer esse trabalho. No lugar de Santo António foi um compromisso que se assumiu e o IPTM também está a sinalizar a localização. À Senhora Anabela Pereira respondeu que na Ferradosa há um protocolo entre a empresa Douro Vou a qual presta um serviço, cobra-se uma



renda mensal, fazem a manutenção do espaço onde estão integrados e dinamizam a economia, trazendo passageiros dos barcos e dos iates. Fazem mais eles, na sua opinião, que a Douro Azul que desloca os turistas e ninguém gosta, porque só vêm às casas de banho. A Douro Vou não, levam-nos aos restaurantes, aos cafés, compram mercearias, portanto, pode não ser muito, mas trazem mais-valias. A iluminação da Devesa é relativamente recente, pensa que tem cerca de 7 anos, quando foi reestruturada a zona. Esta semana esteve cá um diretor da EDP e de uma empresa de led's para se tentar começar a alteração das lâmpadas de mercúrio e sódio para led's. Uma das zonas que está identificada na Pesqueira foi uma candidatura que a EDP deixou cair que era a intervenção e modificação para led's na Carreira, atrás do Mercado, na zona da Biblioteca e na Devesa. Era um trabalho que a EDP queria fazer e que não avançou, mas estamos a tentar fazê-lo, estando bem encaminhado. O início da remodelação do concelho para luminárias a led's rondam as seis mil luminárias, a multiplicar por cem euros, compreende-se, não poder ser tudo de uma vez. A curto prazo esperamos ter novidades. Ao Senhor Monteiro disse já ter sido discutida a Casa do Douro e apresentada a proposta enviada. Quanto ao assunto do tribunal corrobora algumas palavras que foram ditas e que adjetivaram a visita da Senhora Bastonária. Realmente Cristo não agradou a todos. Veio aqui, e nas conversações que tivera o privilégio de ter com ela, apercebera-se ser uma pessoa interessada que gostava de ver as coisas com outro rumo. Quanto ao documento do Revisor Oficial de Contas diz que o Município não é obrigado a elaborar demonstrações financeiras semestrais, pelo que não nos pronunciaremos sobre qualquer apuramento de resultados. É um mero documento informativo, mas como foi aprovado hoje, nesta Assembleia, discuti-lo-ão na próxima reunião. Ao Senhor Sebastião Mesquita perguntou o local que quis referir porque desconhece. A ideia que tem é que na Quinta de Sidrô não fizeram atividade nenhuma. Houve um raide Pesqueira/Provesende que ofertaram uma refeição, sem a colaboração da Câmara, pensando que a Junta de Freguesia de Ervedosa também ajudou.

O Senhor Presidente da Assembleia informa ter duas inscrições, por não estarem totalmente esclarecidos.

O Senhor Silva Fernandes diz ser um ciclo, é um sistema que há-de cair de podre. É o sistema político que temos e vai cair, temos que viver com ele e portanto temos que aguentar tudo isso. Quanto ao regulamento e cadastro e património pergunta se os regulamentos de uma autarquia não têm que vir sempre à Assembleia Municipal? Dizer que vem metido no meio das contas não é verdade, tem que constar da convocatória que o regulamento é para ser analisado e discutido. Quanto à vestimenta não criticou por o Senhor Presidente estar de camisa, ou estar sem gravata, criticou por aparecer numa fotografia promocional do concelho numas instalações de vinho, foi isso que criticou. Não criticou quando o Senhor Presidente integrou o cortejo pombalino como cavaleiro. Quanto ao requerimento do Património das Juntas e da Câmara, pode ser uma questão velha, mas pode-se comprometer a apresentar em dezembro, na próxima sessão, o que é realmente o Património do Município, de uma Freguesia se quiser, como é que é feito, como é posto e como é divulgado.

O Senhor Presidente da Assembleia dirige o repto ao Senhor Silva Fernandes, uma vez ser um documento que gostaria de enviar e que o Executivo deve conhecer. Pede que o apresente diretamente ao Executivo, para que o possam estudar e apresentar depois em Assembleia.





O Senhor Mesquita interveio referindo que são questões relacionadas com as questões do Senhor Presidente. Questiona o custo do jantar do raid, não interessa propriamente o local. Propõe ao Senhor Presidente como representante do Executivo que analisasse os cargos e funções do órgão Executivo, de um órgão deliberativo, as competências, os limites dessas competências, pois pensa, apesar de ainda não ter lido bem a legislação mas entender que a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo pelo que têm de ser informados acerca das questões que lhe são colocadas, alertando para a possibilidade desta o poder demitir.

O Senhor Presidente da Câmara informa que a loja de turismo está quase concluída, não estando há mais tempo executada, por ter sido uma decisão do Executivo. Na altura havia duas entidades de turismo na região, o turismo do Douro e a Porto e Norte. Como estávamos no Douro, não eramos obrigados a seguir o layout da loja de turismo com o qual não concordávamos. Deixamos cair a candidatura e assim que tivemos oportunidade reativámos essa possibilidade, nomeadamente na última reunião da CIMDouro. Nessa reunião fora decidido que quem quisesse aproveitar os fundos ainda disponíveis na candidatura que o podia fazer. Aproveitámos, estando em vias de conclusão. Mais um mês e estará concluída a loja de turismo da Porto e Norte, sediada no concelho de São João da Pesqueira. Quanto ao evento com a presença do Zé Perdigão assistiu, assim como muita gente entendendo que todos acharam espantosa a sua comunicação com o público e a sua forma de estar. Cada um ouve e vê o que quer. Tentámos arranjar forma de agradar a toda a gente.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que já passavam quase três horas, cumprindo-se literalmente aquilo que foi definido. Distribuir os tempos pelos Senhores Membros de Assembleia, por forma a fazer os 60 minutos, passando assim ao período de trabalhos da ordem o dia.

#### **PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;**

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que tentaram sintetizar neste documento o que de mais relevante consideraram para informar a Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições procedendo de seguida à atribuição da palavra pelos inscritos.

O Senhor Silva Fernandes sobre a atividade municipal abstém-se de criticar. Referiu sobre a Vindouro, que é o marco principal desta terra, gostaria de deixar três alertas para considerarem na realização deste evento: o chamado Porto Wine Day, em 10 de setembro, e que a Pesqueira, na sua opinião devia também aproveitar a festividade Douro Wine Fest durante três dias, também em setembro; em concorrência Foz Coa, Moimenta e o Dolce Vita que todos os anos têm eventos em todo o país deveriam ser aproveitados por S. João da Pesqueira. Estivera no Dolce Vita e numa dessas atividades constatou que houve alguém atento, mostrou umas barraquinhas, uma de enchidos, outra de mel, outra de vinhos. Aconteceu que os chineses, que também estiveram cá, levaram o vinho todo num dia e os expositores tiveram que ir buscar mais para vender. Estas oportunidades é que devem ser agarradas no contexto de uma festa e seria uma boa oportunidade a presença de São João da Pesqueira.

O Senhor José Manuel cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia, as suas secretárias, o Senhor Presidente da Câmara e seus Vereadores, os companheiros deputados e o público. Começando pela festa da Vindouro, referiu que alguns dizem que se gasta, mas pode-se considerar esse gasto

como um investimento para os comerciantes e para o nosso concelho. Estamos na região do Douro, não a divulgando nestas alturas com os forasteiros que aparecem, seria mau, dado ser das poucas oportunidades que temos para nos darmos a conhecer. Sobre a Senhora do Monte, a corrida de toiros teve lotação esgotada. Fez um reparo à organização, pela super lotação, por poder originar acidentes. Não sabe quem foi a organização, mas deixa o reparo. Em relação aos vales escolares, foram entregues um pouco tarde, mas como se diz, vale mais tarde que nunca, sendo de louvar ter abrangido também o pré-escolar. Congratulou-se com o fato de o Jardim de Infância no Castanheiro se manter em funções.

O Senhor Sebastião Mesquita concorda com algumas palavras do Senhor Presidente da Junta José Manuel. É um investimento na Vindouro, tal como é investimento na educação, na cultura, independentemente de correr bem ou mal, mas é um investimento, temos é que saber quanto custa. Não vamos avaliar algo sem saber o valor despendido.

O Senhor Presidente da Câmara começou pela última intervenção referindo que nunca dissera que não dava valores sobre o evento da Vindouro, mas que serão divulgados na altura certa. A Vindouro e a Festa Pombalina não há um interesse em a levar a outro lado qualquer, interessa é que venham cá, daí termos que trabalhar a Vindouro por forma a ser visitada. Alguém dizia que este ano bateu no fundo, porque foi a Câmara que organizou. Não comentou, até porque quem organizou a Vindouro, este e o ano passado, foi a Essência do Vinho, tendo a Câmara sido parceira. Procurou-se o acompanhamento de profissionais com estatuto, com marca, com nome no mercado, para que a Vindouro continue a ser um sucesso. Percebe que em certos sítios, e em certas áreas, lhes interesse deitar abaixo. Felizmente a Câmara e todos os pesqueirenses querem que a Vindouro chegue para lá dos limites do concelho e que traga pessoas. Ficou contente ao ter recebido vários emails e sms, a dar os parabéns, durante os dias seguintes ao evento. Demonstra que a Vindouro tem-se mantido na rota certa, continuando-se a apostar na parceria que se tem com a Essência do Vinho. Desconhece se o Senhor Silva Fernandes teve a oportunidade de estar na Vindouro. A única situação que correu mal, foram as condições climatéricas.

O Senhor Silva Fernandes esclarece que sobre a Vindouro nem disse bem, nem disse mal, disse unicamente para equacionarem o problema face às datas que estão a ser marcadas e a ser definidas em termos nacionais.

O Senhor Presidente da Câmara esclarece que a definição da data da Vindouro tem a ver com os interessados no próprio evento. Os produtores engarrafadores insistem que a melhor data é esta, não conseguimos consolidar um dia fixo porque o último domingo de agosto coincide sempre com a festa dos Remédios da Pesqueira. A Vindouro a ser feita em datas coincidentes com outros eventos, com certeza, noutros concelhos, os quais terão também gente, iriam retirar pessoas daqui.

O Senhor Presidente da Assembleia aproveitou para fazer algumas correções a uma imprecisão aos regulamentos apresentados.

O Senhor Presidente da Câmara refere que os Regulamentos que são propostos a aprovação são de todo o interesse para que se possam colocar imediatamente em andamento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o primeiro ponto, passando ao seguinte abrindo inscrições para possíveis intervenções.

**PONTO 2- Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude;**

O Senhor Paulo Bito congratulou-se com a criação da figura Municipal do Conselho Municipal de Juventude. É um órgão consultivo que será uma ferramenta para os nossos jovens serem auscultados mais diretamente, colocando a sua inteira disponibilidade para colaborar com este Conselho Municipal.

O Senhor Silva Fernandes colocou uma reflexão formal. Está decidido que aprovados os documentos em reunião de Câmara, no dia seguinte serão enviados aos Membros de Assembleia. Não foi o que aconteceu, por isso propõe que os pontos número 2, 3 e 4 sejam eliminados desta agenda, por não ser cumprido o que realmente ficara determinado.

O Senhor Presidente da Câmara entende que por uma questão puramente burocrática não poderão aprovar-se os Regulamentos, ficando mais três meses com as decisões paradas. Opina no sentido de ser posto à votação na Assembleia.

O Senhor Silva Fernandes responde que o problema não é do Executivo, nem da Assembleia. Há uma deliberação, não é um erro formal, mas sim uma falta de cumprimento e desrespeito por decisões tomadas. Não tem nada contra, pelo contrário, sendo a favor de todos estes Regulamentos, não pode é decidir-se, e ser esse facto contrariado.

O Senhor Fernando Pereira relativamente a este assunto reconhece que houve uma deliberação da Assembleia, está assente e aceite, contudo há um problema, ao excluir estes pontos vamos criar uma situação difícil aos jovens que estão a candidatar-se às bolsas de estudo. Será que não é possível contornar esta situação para não os prejudicar? Há pouco deu-se um voto de louvor aos jovens do 12.º ano pela posição e pela atitude responsável que tiveram. Será que agora temos o direito de os penalizar? Ao se adiar a aprovação do Regulamento impedimos os jovens de ingressarem no ensino superior, na maioria dos casos por insuficiência financeira. Gostava que se olhasse mais ao nosso sentimento e aos jovens e contornássemos a situação. A deliberação é para se manter, neste caso devia decidir-se pela possibilidade de aprovação por se estar a tocar num assunto muito delicado. A entidade que representa também atribui bolsas, em meados de setembro, e este ano estão a atribuí-las em início de outubro. O preocupante é que alguns jovens, na candidatura que fizeram disseram "sem este apoio financeiro, nós não podíamos pagar as propinas não podíamos ir, ou não podemos seguir o nosso sonho". Não queria, no futuro, ser apontado que por culpa desta Assembleia os jovens abdicaram do seu sonho por não poderem candidatar-se a uma bolsa que tinham a oportunidade de ganhar.

A Senhora Lourdes Marinho reconhece que o Senhor Silva Fernandes tem razão. Foi aprovado que o Executivo mandaria a proposta do Regulamento quando fosse a discussão pública aos Membros da Assembleia. Corrobora no entanto a ideia do Senhor Fernando Pereira porque vai comprometer-se o futuro de muitos jovens. Os pais e alunos foram informados na Câmara Municipal quando questionaram sobre o prazo das candidaturas, tendo-lhes sido dito que no fim de setembro podiam fazê-lo em virtude do Regulamento ter sofrido alterações e ter de ser levado a reunião de Assembleia. Acha que outros Regulamentos hoje a discutir poderão esperar e serem alterados em qualquer reunião, mas que em relação ao Regulamento dos bolseiros, entende que poderemos ser mais maleáveis. Pede ao Senhor Silva Fernandes,

como Membro da Assembleia, que releve esta falta relacionada com este assunto, por vir a prejudicar os jovens.

O Senhor Silva Fernandes refere que as pessoas têm que saber o que se está a fazer e a discutir. Diz que o problema não é dele, nem do Senhor Fernando Pereira, nem do Senhor Presidente da Câmara. O problema é do Senhor Presidente da Assembleia que tem nas mãos um facto, que na convocatória é ilegal, sendo sua a decisão de o solucionar. Queria dizer ao Senhor Fernando Pereira que não está em causa nada daquilo que diz dos jovens. Está em causa tudo aquilo que se tem vindo a desenvolver no país, continuando a insistir que a decisão fora tomada. Pôs o problema ao Presidente da Assembleia, não foi a mais ninguém. O Senhor Presidente da Assembleia decide, o que ele decidir todos nós temos que aceitar. Decide que vai colocar à votação à Assembleia, muito bem, tomará a sua posição na altura.

O Senhor Presidente da Assembleia pretende ser frontal, direto e objetivo. Foi-lhe passado o ónus de toda a responsabilidade em relação a estes pontos. Sabe perfeitamente quais são as suas competências, mas citando um Senhor que aprecia, que foi diretor do ensino secundário e que dizia "devemos olhar para as coisas com critérios de razoabilidade" e os critérios de razoabilidade devem imperar, nomeadamente sobre situações de legalidade, desde que não se vá contra a mesma. Se não atender a um conjunto de pressupostos que estão na sua cabeça a atitude é só uma, decidir-se na reunião seguinte. Sabe que não o devia fazer e que a Assembleia também vai achar mal, pedindo ao Senhor Silva Fernandes para que reconsiderasse. Colocou a votação a discussão dos pontos 2, 3 e 4 apesar de reconhecer ter-se definido serem enviados aos Membros da Assembleia, quando tornados públicos, para a consulta e recolha de sugestões. Abstiveram-se o Senhor Sebastião Mesquita, as Senhoras Helena Monteiro e Marcolina Sequeira. A pretensão de discussão e aprovação dos Regulamentos foi aprovada por maioria. De seguida pôs a votação a Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.

Abstiveram-se o Senhor Silva Fernandes, as Senhoras Marcolina Sequeira e a Senhora Anabela Pereira. A proposta foi aprovada por maioria com declaração de voto das Senhoras Marcolina Sequeira que justifica a sua abstenção pelo fato de terem sido mandados tardiamente em carta registada tendo sido levantada mais tarde por impossibilidade de a ter recebido entregue no levantamento. Como trabalha e não estava em casa, não teve tempo suficiente para fazer uma leitura cuidada; a Senhora Anabela Pereira disse ter-se abtido pelos motivos já apresentados pela Senhora Marcolina Sequeira, o Senhor Silva Fernandes diz tê-lo feito por não ter sido cumprido o que estava deliberado pela Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia fez o reparo, dizendo que estes Regulamentos, apesar de não terem sido remetidos, estão disponíveis na Internet e em discussão pública durante trinta dias, aceitando-se propostas para possíveis acertos.

### **PONTO 3- Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior Público;**

O Senhor Presidente de Câmara esclarece que em termos gerais as propostas de aprovação dos Regulamento têm o mesmo objetivo. O que dissera para o primeiro, serve para todos os outros.



9

A Senhora Marcolina Sequeira relativamente a este Regulamento quis fazer referência à discussão anterior, o Senhor Fernando Pereira disse e concordo que há muitos jovens que dependem da atribuição das bolsas, para frequentar o Ensino Superior. Acrescenta, que geralmente esses alunos são bolseiros também nas universidades. Não são mencionados os valores a atribuir ao escalão 1, ao escalão 2 ou escalão 3. Refere a fórmula e as condições para os escalões, mas não esclarece a atribuição aos mesmos. Pergunta qual o valor do escalão A, B e C. Não se sabe se esse valor vai ser, ou não fundamental para os alunos frequentarem o ensino superior. Pede ao Senhor Presidente para a esclarecer porque devia estar explanado no Regulamento. Concorde e vota favoravelmente, pois esse dinheiro é importante, havendo alunos para quem 100, 50 ou 20 euros é fundamental. Estes subsídios são atribuídos daqui a dois, três meses com efeitos retroativos, sendo sempre bom de aproveitar.

O Senhor Fernando Pereira relativamente a este Regulamento dá conta de como é interessante enveredarmos por um discurso de retórica. O fato são os dados concretos, sendo necessário apoiar os jovens, não querendo penalizar os bolseiros. A verdade é que muitos deles que se candidatam à bolsa têm também bolsas de ação social das universidades, e mesmo assim não tem sido impeditivo da desistência de alguns estudantes. Há um índice elevadíssimo de jovens sem bolsa de estudo que desistem porque não têm capacidade económica. As bolsas distribuídas não têm valor suficiente. Relativamente aos montantes dos escalões há no Regulamento definições para a sua atribuição. Não podemos escamotear é que vai ser atribuído daqui a dois, três meses. Coloca a questão, se não se aprovar hoje, tem de ir a reunião em dezembro, haverá igualmente este prazo para a candidatura, e em vez de usufruir ainda este ano, iriam beneficiar em fevereiro ou março, entretanto já tinham desistido. Muitas vezes o que falta aos políticos portugueses é meter os pés na terra e sentirem que não vamos a lado nenhum com retóricas, nem com coisas bonitas que se dizem. Vamos com fatos concretos, pois não é com atitudes espampanantes ou delírios que chegamos a algum lado. O importante é estarmos cá para ajudar os nossos jovens, fazendo todo o sentido votar-se este Regulamento.

O Senhor Paulo Bitó interveio lendo o documento que se transcreve.

“

Excelentíssimos: Sr. Presidente da Assembleia Municipal Sr. Presidente da Câmara Municipal Sra. Vereadora Srs. Vereadores Sras. e Srs. Deputados Preclaro Público

O tema Bolsas de Estudo no Ensino Superior é um tema que me é muito caro. Não só porque no meu percurso universitário fui beneficiário desse apoio, mas também por todas as “lutas” políticas em que me envolvi enquanto dirigente da Associação Académica de Coimbra e me envolvo atualmente através da Comissão para o Ensino Superior da JSD, sobre este assunto tão importante, complexo e fraturante para a sociedade portuguesa, em especial para a mais jovem. Pelo que não poderia deixar passar este contexto sem que proferisse algumas considerações que entendo que são importantes.

Platão, filósofo distinto, com o qual não me coaduno totalmente no seu pensamento mas que lhe reconheço distinto mérito no contributo para a evolução do pensamento humano e da política, formulou entre muitas outras doutrinas, a sua célebre teoria dos metais. Defende nessa teoria que a sociedade se dividia em três classes de metais. O ouro que representava os

magistrados/governantes, a prata que representava os guardas/militares da Cidade/Estado e por último a classe de ferro ou bronze que representava os lavradores e artífices. Defendia que estas classes não eram pré-determinadas. Não se adquiriam por sangue nem por estatuto pré-definido. Já nesse tempo defendia a igualdade de oportunidades, salientando que os filhos das pessoas que tinham a alma de ferro ou bronze poderiam perfeitamente ser possuidores de uma alma ascendente, portanto, prata ou ouro. Já nesse tempo defendia que os magistrados, que é como quem diz, o Estado, deveria promover essa ascensão com políticas públicas que se nortegassem pela igualdade de oportunidades.

Essa igualdade de oportunidades de que Platão reclamava outrora traduz-se hoje, no que concerne à educação, ao direito constitucional de acesso à educação e por consequência à figura Bolsa de Estudo.

A Bolsa de Estudo é um apoio social direto aos estudantes economicamente mais carenciados, cujos agregados familiares não consigam, por si só, fazer face aos encargos inerentes à frequência da Universidade.

É uma figura que claramente revolucionou a educação portuguesa e mundial.

Porém, o abandono escolar no Ensino Superior tem sido, durante os últimos anos, uma evidência crescente. De acordo com a Direção Geral do Ensino Superior, no ano letivo de 2012/2013, 12,2% dos estudantes de licenciaturas do 1.º ciclo e 6,8% dos estudantes de mestrado integrado não foram encontrados no Ensino Superior Nacional, devido, essencialmente, a dificuldades socioeconómicas.

Em outubro de 2013, o abandono escolar tornou-se prioritário ao nível das políticas governamentais, definindo-se a criação do Programa Retomar, de forma a dar resposta às recomendações do Conselho Europeu (28 de junho de 2011 e 22 de abril de 2013) e do Conselho Nacional de Educação (julho de 2013).

No dia 17 de julho de 2014 foi publicado, em Diário da República, o Regulamento do Programa Retomar (Despacho normativo n.º 8-A/2014), que prevê um orçamento anual de 4,5 milhões de euros, atribuindo anualmente três mil bolsas de estudo, no valor de 1200 euros cada, para que os jovens que abandonaram o ensino superior possam voltar a estudar.

Tendo em conta que o abandono escolar é uma prioridade de ação do Governo, enalteço a importância e pertinência do Programa Retomar, reconhecendo-o como uma medida positiva que vem contrariar o crescente número de ex-estudantes que não estão integrados em qualquer modalidade de ensino, formação ou mercado de trabalho.

Tendo bem presente a importância da Bolsa de Estudo para o acesso à educação por parte dos nossos Municípios, desde há muitos anos a esta parte que a autarquia tem vindo a apoiar os estudantes do concelho no seu percurso académico, pretendendo garantir uma ferramenta municipal que promova a igualdade de oportunidades e o combate às desigualdades sociais no território.



Com a atribuição destas Bolsas de Estudo a Autarquia, além de reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão social, por via da redução das dificuldades económicas sentidas por alguns agregados familiares do concelho, as quais se traduzem em sérios obstáculos à continuidade dos estudos por parte dos seus filhos, visa também, numa ação de médio e longo prazo, o desenvolvimento social e humano do concelho, ao possibilitar a estes jovens, através do acesso à educação de nível superior, uma vida profissional mais promissora, contribuindo, igualmente, para o desenvolvimento educacional e cultural do Município.

Congratulo, por isso, a Câmara Municipal pelo mérito ao dar um importante contributo aos nossos munícipes e por se comprometer na continuidade a essa política pública, como é patente no projeto de Regulamento que ora analisamos e votamos.

Paços do Concelho, 26 de setembro de 2014

P'la Bancada,

Paulo Bitó

“

A Senhora Marcolina no uso da palavra disse ter estado na construção deste Regulamento e sabe o que se fazia. Interessa é que seja clarificado e se saibam os valores que vão ser atribuídos. Concorda com o Senhor Presidente da Assembleia quando diz que devemos ser objetivos e pragmáticos e realmente acha que muitas vezes, algumas intervenções e o Senhor Fernando Pereira, vai desculpar, mas quando diz que nos devemos deixar de floreios e de retóricas, ele é o primeiro a fazê-lo, em vez de ir diretamente ao assunto, faz uma abordagem bastante sofisticada, e depois frontal. Quanto à intervenção do Senhor Paulo Bitó, citou Aristóteles, e muito bem. Citando Platão, ou Aristóteles, não se pode transformar esta Assembleia no teatro grego. Entende que é uma ofensa ao Senhor Presidente da Câmara, acha que quem o ouviu, até parece que é a primeira vez que vão ser atribuídas bolsas de estudo. O Senhor Vítor Sobral está na política há muitos anos, sabe perfeitamente que as bolsas de estudo já são atribuídas há "n", acha que sim, que se deve, e congratula-se com o facto de a Câmara continuar a dar bolsas de estudo. Concorda que se deveria alargar o número e o valor a atribuir. Considera que é nas pessoas que tem de se investir.

O Senhor Presidente da Assembleia coloca a votação o Regulamento de atribuição de bolsas de estudo. A proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Silva Fernandes, com declaração de voto. O Senhor Silva Fernandes diz tê-lo feito por não ter sido cumprido o que estava deliberado pela Assembleia.

#### **PONTO 4- Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento ao Associativismo Empresarial;**

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto quatro, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara diz ser outro Regulamento para tentar ajudar quem a nós recorre.

O Senhor Presidente da Assembleia não havendo inscrições, passou diretamente à votação deste ponto. Foi aprovado por maioria, com as abstenções do Senhor Silva Fernandes e Senhora Marcolina Sequeira. O Senhor

Silva Fernandes fez declaração de voto apresentando o mesmo motivo referenciado no ponto três.

**PONTO 5- Análise, discussão e votação da Proposta de Imposto Municipal sobre imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º1 do artigo 112.º do código de Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º287/2003, de 12 de novembro;**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciando este ponto passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer algumas considerações sobre o assunto.

O Senhor Presidente de Câmara informou que a proposta vem no sentido, de tal como nos últimos anos, reduzir-se a taxa para os prédios urbanos para o mínimo de 0,3 que é a taxa mais baixa para os prédios urbanos.

O Senhor Sebastião Mesquita concordando com a posição do Município sobre este assunto, mas diz haver uma taxa que implica automaticamente no valor dos imóveis, a taxa de avaliação, ou o coeficiente da valorização que está a vigorar neste concelho, não estando correto. Há disparidade nos valores relativamente às freguesias, 0,4 para todas as freguesias e 0,55 para a freguesia de Ervedosa do Douro. Esse coeficiente entra no índice que as Finanças aplicam para atribuir o valor às habitações, tendo como requisitos as características de acessibilidade, de esgotos, todas as infraestruturas que são exigidas às respetivas habitações. Pergunta se a zona residencial de Espinho terá piores condições do que qualquer rua de Ervedosa do Douro. Agradece que seja formulado o pedido às Finanças para retificar, uma vez os valores não serem corretos, nem coerentes. Pediu sensibilização para com as pessoas pagam de impostos. Entende que se deva oficializar às Finanças, solicitando a informação dos critérios aplicados e se analisem, ponto por ponto, essas condições em reunião de Assembleia.

O Senhor Joaquim Monteiro concordando com o Senhor Sebastião Mesquita diz ter-se falado várias vezes que as freguesias não estão em pé de igualdade com a sede do concelho. Sente que estão a ser prejudicados. A nível da sua freguesia tem a informação que vão normalizar a situação, assim sendo que seja urgente. Se não for, apela para que as palavras do Senhor Sebastião Mesquita tenham eco. Deve-se pressionar junto das Finanças e a quem de direito, no sentido de que seja feita justiça.

O Senhor Presidente da Câmara esclarece que já na anterior Assembleia levaram essa preocupação às Finanças. Sugere sair desta reunião, uma posição. Uma vez que já estão feitas as avaliações, fazer uma reavaliação do zonamento. Se até lá não se souber de nenhuma diligência, arranjarmos uma forma de levar junto das Finanças o nosso apelo para que este zonamento seja revisto. Vindo uma posição da Assembleia dará ainda mais força à nossa pretensão junto desses serviços.

O Senhor Sebastião Mesquita dirigiu-se ao Senhor Presidente de Assembleia achando que se devia votar o que está em cima da mesa e uma declaração de voto para que o Executivo se inteire junto das Finanças e nos faça chegar resposta no prazo de 15 dias. Na próxima reunião tomar-se-á posição e ativar-se-á o processo. Nos valores do zonamento estiveram técnicos da Câmara, junto das Finanças.

O Senhor Presidente da Câmara admite ter-se explicado bem pretendendo dizer que o Executivo da Câmara já anda, não de agora, a fazer pressão junto das Finanças para que alterem o zonamento, já foi feito no anterior Executivo e o que se pretende é que seria oportuno arranjar-se aqui um voto para que



venha dar mais força ao que se está a fazer. Os técnicos trabalhavam em part-time para as Finanças, não eram da Câmara, eram peritos das Finanças, não eram representantes da autarquia.

O Senhor Presidente da Assembleia reconhecendo ser do interesse de todos, pôs a proposta de se manifestar um voto de força da Assembleia, formalizando um documento, corroborando e reforçando a atitude da Câmara Municipal para que se obtenham os dados necessários, a fim de que se possa, o mais urgente possível, fazer uma avaliação efetiva das taxas do zonamento. Posta a votação a proposta foi aceite por unanimidade.

De seguida colocou à votação a proposta de imposto sobre imóveis urbanos, agendada na ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade.

**PONTO 6- Análise, discussão e votação da Contratação a Termo Certo – Atividades de Enriquecimento Curricular para o Ano Letivo de 2014/2015;**

O Senhor Presidente de Câmara informa ter sido aprovada em conselho pedagógico a necessidade de contratar professores para as AEC's. Nesta contratação atribuem cinco horários para Educação Física, três para Inglês e dois para música, conforme os dados enviados pelo agrupamento.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições tendo a Senhora Maria Helena e o Senhor Silva Fernandes formulado a intenção de intervir sobre este ponto.

A Senhora Maria Helena disse que esta situação não depende só da Câmara Municipal, mas sim da introdução na aplicação. Considerou esta situação caricata com o Senhor Ministro a pedir desculpas pelo atraso no funcionamento do ano escolar e continuar a deixar que estas situações aconteçam. Deviam, atempadamente, arranjar soluções. Na reunião de junho, a Câmara deveria ter já noção dos horários que a escola irá necessitar e o ano escolar começaria a funcionar normalmente.

O Senhor Presidente da Assembleia interfere dizendo que até há pouco, estava como subdiretor do agrupamento de escolas de S. João da Pesqueira, fizera horários durante anos e, em junho, é impossível ter-se um panorama das necessidades da escola em termos de professores, não havendo nenhuma reunião anterior à que estão a realizar. Pensa que a solução parte do próprio Ministério da Educação.

A Senhora Marcolina acrescenta que realmente a culpa não é da Câmara, fazendo esta todos os esforços possíveis. Como diz o Senhor Presidente da Assembleia, as necessidades, os horários para as AEC's, acontecem posteriormente,

O Senhor Silva Fernandes reconhece que a consciência é uma coisa terrível. Tem estado a pensar na votação deste ponto e sente uma grande dificuldade. O que foi dito pela Senhora Marcolina Sequeira e pela Senhora Maria Helena tem razão de ser, mas pegando no que o Senhor Fernando Pereira disse há pouco, trata-se de uma questão de gestão pura e simples. A educação não é um problema de saúde, não surge em outubro, nem de um momento para o outro. Na Dinamarca, Suécia, Holanda, Bélgica, em março de cada ano têm tudo definido. Nem é necessário recorrer-se a outros países, é suficiente ouvir-se o Professor Valadares Tavares. Sabe-se quantas crianças frequentam, quantos alunos são de cada ano. Há rácios para isso sabendo-se as necessidades. Votou contra o orçamento deste Executivo pelo facto de aumentar o pessoal e, conseqüentemente, a despesa. Agora aparece mais um aumento de 10 pessoas. Qual é o seu papel, vota contra? Não. Vai-se abster perante esta dificuldade?

O Senhor Presidente da Assembleia esclarece explicando que não é o número de pessoas, o que está em discussão é o número de horas, não são horários completos. Trata-se apenas de horários para satisfazer necessidades de umas horas por dia e por escola para executar o acompanhamento curricular. Não são 10 lugares, estamos a falar em 2 ou 3 horários. É a sua área tem que a defender. Concorde com a posição do Senhor Siva Fernandes dizendo que é assim, sendo o Ministério de Educação o único culpado. Não se passa só em São João da Pesqueira, mas a nível nacional. Passando à votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor Silva Fernandes.

#### **PONTO 7 – Proposta de retificação do Regimento da Assembleia Municipal**

O senhor Presidente da Assembleia informa que por ser uma alteração simples não enviou as alterações ao regimento pedindo licença para apresentar as alterações, projetando no ecrã as mesmas e as propostas de alteração. Referiu que de acordo com a lei 75 de 2013, de 12 de setembro, artigo 11.º, ponto 1 da subsecção II, Funcionamento, diz "a Assembleia Municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais em fevereiro, abril, junho e setembro e em novembro ou dezembro, convocadas por uma antecedência mínima de 8 dias por edital ou por carta com aviso de receção ou protocolo". No nosso regimento podemos constatar no artigo 14.º convocatória, diz "os Membros da Assembleia são convocados para as sessões ordinárias, através das formas previstas número 1 do artigo 9.º as quais devem ser dirigidas com antecedência mínima de 8 dias úteis. Existindo uma inconformidade, pois na lei 75 refere 8 dias seguidos, aqui fala 8 dias úteis. A primeira proposta tem a ver com a atualização de acordo com a lei 75 de 12 setembro de 2013 que considera 8 dias seguidos.

A segunda proposta, no artigo 6.º "competências do Presidente da Assembleia" estão definidas e aprovadas. Exemplifica a sua proposta com o exemplo seguinte: independentemente do que se possa ter entendido e, que já foi hoje veiculado, a Senhora Bastonária da ordem dos advogados esteve presente numa reunião ordinária desta Assembleia e, agendada a sua intervenção, no período da ordem do dia, reconhecendo a vantagem da presença de alguém que nos clarifique em determinadas matérias. A sua proposta vai no sentido de a seguir à alínea d) criar uma outra alínea com a seguinte redação "convidar entidades, ou seus representantes a participar em sessões de trabalho, sempre que a sua presença seja considerada oportuna".

O Senhor Sebastião Mesquita sugeriu, mais uma vez, que os Membros da Assembleia sejam convocados para as reuniões através de *email*.

O Senhor Presidente da Assembleia considerou esta observação como uma proposta de alteração ao Regimento.

Para agilizar o processo o Senhor Presidente da Assembleia colocou as três propostas a votação, tendo sido as mesmas aprovadas por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra aos elementos do público inscrito. Informou para o cuidado a ter na apresentação dos assuntos por disporem de cinco minutos para o efeito.

O Senhor Sebastião Mesquita "mais uma vez boa tarde estou aqui como empresário desta terra, há cerca de 20 anos um jovem entrou na universidade, no 2º ano de universidade teve a ajuda dos pais e dedicou-se à vitivinicultura a 100%, faz neste momento 20 anos esse jovem sou eu, além de me dedicar à vitivinicultura e a assistência a algumas empresas que fiz durante algum tempo, colaborei sempre na política deste concelho do qual me tem

desapontado muito, muito mesmo, fui Presidente de Junta fui vereador, já me reformei dessa posição porque tenho muito mais que fazer e estou muito desapontado com os políticos porque tenho uma estrutura de vinificação que recebe 1500 toneladas de uvas todos os anos, anda nas 5 maiores adegas deste concelho, tem estrada de terra batida, conheço e posso-lhes dizer as adegas no ano 0 antes de começar a elaborar e a receber cerca de 10 a 15 toneladas tinha um asfalto à porta, convido-vos a todos para irem visitar o acesso à minha adega e minha casa, no mês de agosto fiz chegar a esta autarquia uma comunicação, uma exposição, estão muros a cair no acesso à minha adega onde passam camiões de vinte e tal toneladas, foram medidos por técnicos desta autarquia há 5 anos, no primeiro ano do mandato do Senhor Presidente até ao momento nada foi feito se os muros caírem eu responsabilizo a autarquia porque já que há dinheiro para fazer muros particulares que não é da responsabilidade nem da autarquia nem da juntas eu responsabilizo-os. Lamento a posição de fazer para uns e não fazer para outros, conheço varias situações que as posso indicar no terreno de pessoa que se lembram de tirar as águas do caminho e a câmara coloca lá máquinas a trabalhar sem fiscalização, sem controlo nenhum só por pedido, não medem as consequências desse trabalhos se vai afetar os vizinhos de baixo ou não, quer dizer para um proprietário pedir que não quer águas no terreno dele, vão para lá máquinas ao sabor do homem das máquinas, ao sabor do proprietário que pediu aquilo e as máquinas andam lá sem fiscalização sem nada a fazer os trabalhos mas a autarquia ou o executivo não mede as consequências que possa vir a ter porque ao beneficiar uns vai prejudicar outros. Todos os problemas que houver com águas nesse local a autarquia vai ser responsabilizada eu faço, já me disseram que havia um estudo feito mas o estudo está feito ou vai-se fazer o que vão fazer entendem como quiserem não ouvem as pessoas pronto. Estou muito desapontado como empresário nesta situação. Quero também dizer ao senhor Presidente que eu não falei nada contra a Vindouro, só para terminar que me esqueci há pouco, eu não falei nada contra a Vindouro na reunião. Quero dizer ao Senhor Presidente que fui dos três produtores de vinho que estivemos na reunião preparatória três que apareceram que foram convidados e dois de azeite o Senhor Presidente não esteve pronto estava o representante o Doutor Vítor Sobral e fui dos três e é no local certo Senhor Presidente que se dizem as coisas e eu disse lá no local certo, na reunião preparatória na biblioteca o que entendia da Vindouro, aqui eu não falei mal da Vindouro eu disse inclusive uma vindouro que custasse meio milhão de euros se calhar podia ser mais barata com mais efeito e mais sucesso que uma Vindouro que custasse cem mil euros, aqui não falei nem ninguém me ouviu dizer nada é só isso, agora gostava que ajudassem quem dá trabalho, quem faz progredir o concelho eu evito de trazer pessoal de fora, trago 20 pessoas do concelho a trabalhar neste momento, trago outras de fora noutra estrutura porque não há pessoal eu contratei pessoal este ano para esta vindima falei a pessoas que estão em casa a receber o subsidio de desemprego não querem trabalhar, a verdade é esta não me digam que estas pessoas precisam de subsídios não querem trabalho, a verdade é esta, e não há pessoas para trabalhar disponíveis eu trago 20, é só isto ajudem os empresários por favor".

Terminada a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor José Manuel Varela Vasques que se inscrevera antes de a reunião iniciar.

O Senhor José Manuel Varela Vasques cumprimentou os presentes agradecendo ao Senhor Presidente da Assembleia a oportunidade que lhe concedeu, informando intervir como tesoureiro da Cooperativa Agrícola de Ervedosa do Douro, CRL.

Passa-se a transcrever o documento entregue à mesa:

"Esta cooperativa luta com enormes dificuldades financeiras, devendo à banca em concreto à Caixa de Crédito Agrícola 249.925.00€, a particulares 113.500,00€ o que perfaz uma passivo no montante de 363.425,00€.

Sendo a crise global, os tempos cada vez mais árduos, inesperados e instáveis, continuando os nossos produtos em queda livre e subvalorizados cada ano que passa é perfeitamente notório e conseqüente a penúria dos nossos famigerados agricultores.

Julgando que as grandes obras do concelho estarão feitas, na minha humilde opinião deve o município ter uma perspectiva mais social onde entendo enquadrar-se a cooperativa aqui representada pois desta forma estarão a ser fortalecidos direta ou indiretamente os nossos míseros agricultores permitindo também o não encerramento da cooperativa. Encerrando ficarão mais pobres a freguesia, o concelho e em especial os olivicultores/agricultores. "Isto é o que deve ser impedido".

Assim, replico ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal este meu pedido, que depois de analisado e julgado procedente seja proposto a esta Assembleia e sujeito a aceitação ou não, para saúde financeira das cooperativas do concelho.

Sendo estes os nossos eleitos e nossos representantes com capacidade de decisão apelo ao vosso bom senso.

Que após concluído o estudo/levantamento e comprovando-se as dificuldades, por ordem de prioridade, que seja a Câmara a apoiar disponibilizando valores até ao montante de 75% da nossa dívida. Não sendo uma reivindicação mas sim um suplicado em nome daqueles que retrato e carecem e este que é o meu juízo, que a Câmara inclua já no Plano de Orçamento para o exercício do ano de 2015 o montante de 272.568,75€ que é o equivalente aos 75% da nossa dívida e que nos anos seguintes, não o podendo fazer antecipadamente, que o faça de igual modo para com os restantes.

Com este contributo daremos continuidade ao desenvolvimento e enriquecimento do nosso concelho.

É do meu conhecimento que no passado recente esta Câmara o fez para com outras instituições.

Amanhã poderá ser tarde demais! Muito obrigado."

"

Em relação à intervenção do Senhor Sebastião Mesquita, o Senhor Presidente da Assembleia refere que fica devidamente registada fazendo chegar por escrito ao Executivo se necessário. Quanto à intervenção feita pelo Senhor José Manuel, entende a intervenção com necessidade urgente e pertinente que necessita de resposta. No entanto, pelo facto de não existir condições de conhecimento de causa, entende não poder discutir este assunto em Assembleia. Ao Presidente entregou documento, tendo tomado nota, desconhecendo se o mesmo foi enviado ao Executivo. Fará chegar ao mesmo esta petição. Este pronunciar-se-á sobre a situação em causa e far-lhe-á chegar essa informação quando a tiver. Havendo necessidade de ser discutida em futura reunião de Assembleia, procederá em conformidade.



Posto isto, solicitou a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 tendo sido aprovados por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão, às dezanove horas, da qual se lavrou esta ata que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a mesa.

Four blue ink signatures are written horizontally across the page, positioned below the text of the enclosure. The signatures are stylized and appear to be handwritten.